

Mercenarismo grego e tradição militar helenística: uma análise das questões bélicas no mediterrâneo do séc. III A.C.*

HENRIQUE MODANEZ DE SANT'ANNA**

Universidade Estadual de Goiás — Brasil

Abstract: This article presents Greek mercenarism (*misthotiké*) as a feature element of the Hellenistic military tradition which emerged after the Peloponnesian War. It was expressed in strategically integrated armies and was widespread both in the kingdoms under Alexander the Great and in the reform of the Carthagenese army as a tactics school that links the mercenary Greek troops of the late fifth century B.C. to Pyrrhus and Xantippus in the third century B.C.

Keywords: mercenarism; Hellenism; antique war.

Introdução

Em primeiro lugar, devo dizer que os gregos não tinham uma palavra para descrever o mercenário. Antes do tempo de Tucídides eram empregados eufemismos (*symmachoi* e *epikouroi*), indicando aliados que combatiam por acordo ou submissão. O termo *epikouros* foi largamente associado à prática do mercenarismo nos sécs. VI e parte do V a.C. e, somente no decorrer da Guerra do Peloponeso, perdeu espaço para a utilização do *misthophoros* (o que recebe *misthos*, isto é, pagamento).

O surgimento desse novo termo, no entanto, não ocorreu por acaso. Só se tornou possível devido à profusão, na prática, do mercenarismo grego, situação que inicialmente parece incompatível com o “enraizamento cívico da função militar” (GARLAN, 1991: 69). Entretanto, deve-

Texto recebido em 4.10.2007 e aceite em 27.11.2007.

* Este artigo é fruto de uma pesquisa iniciada na graduação, estendida durante o mestrado e que agora se encontra como projeto de doutoramento para a seleção no programa de pós-graduação em história (mestrado e doutorado) da Universidade de Brasília (UnB).

** Professor do departamento de história da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e discente do programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Ágora. Estudos Clássicos em Debate 10 (2008) 25-43 — ISSN: 0874-5498

-se enfatizar que a distinção entre soldado-cidadão e mercenário não é tão simples, na medida em que o *politikos* podia, em determinada campanha, receber pagamento, fosse este regular ou advindo dos espólios. A questão central para o aparecimento do novo termo gravita em torno do contexto de desestruturação do sistema político políada, desdobrado na ampliação dos grandes exércitos profissionais. De um lado, os persas aquemênidas sentiam a necessidade de suprir seu exército com infantaria pesada, o que sem dúvida representava o problema central das forças recrutadas no Oriente Próximo. De outro, os gregos passaram, a partir da interação belicosa com os persas, a construir forças integradas, que funcionavam com a atuação dos hoplitas (*hoplitai*) e de tropas de infantaria ligeira.

Neste contexto surgiu, fortalecido, o reino da Macedônia, que sob a figura de Filipe II construiu um exército taticamente integrado como o do tebano Epaminondas¹, mas com uma diferença fundamental: a falange reformada de Filipe virtualmente excluía a figura do hoplita políada² e instaurava o profissionalismo como marca distintiva dos grandes exércitos subseqüentes. Desse modo, tornando a falange taticamente ofensiva (devido à ampliação da lança, redução da couraça e a constituição de uma unidade tática mais densa chamada *syntagma*) pratica-mente retirou de cena a expressão dos soldados-cidadãos que marcaram o cenário das Guerras Greco-Pérsicas. Se a distinção entre o cívico e o mercenário era agora dificilmente notada: com a emergência do profissional todos se tornam, em última instância, mercenários (GRIFFITH, 1935: 2).

Assim, após a submissão das *póleis* a seu filho, Alexandre, o Grande, e a destruição do Império Aquemênida, a disputa pelo legado militar alexandrino confirmou tanto a alteração nos tipos de mercenários contratados quanto o halo de invencibilidade construído em torno da falange alterada por Filipe. A guerra, que antes diferenciava macedônios

¹ Epaminondas foi o *strategos* tebano que derrotou a falange espartana em campo de batalha, ao utilizar unidades táticas (formadas por tropas com funções distintas) de forma integrada, isto é, sob a lógica de uma manobra comum a todo o exército.

² O hoplita políada era, basicamente, o que combatia, sob a forma de soldado cívico, pela preservação de sua liberdade política (*eleutheria*).

de atenienses, transforma-se em guerra propriamente helenística, ilustrando os graves problemas da crescente profissionalização das tropas no que se refere à manutenção da estrutura de funcionamento políada. De acordo com Parke (1935: 136), referindo-se ao séc. IV a.C., “os mercenários estavam presentes em qualquer exército grego”, tornando o dever para com a defesa da *pólis* cada vez mais inviável diante do surgimento dos grandes exércitos profissionais.

Pensando a história antiga de modo relacional, percebemos que no séc. III a.C., enquanto diversos reinos surgiam como desdobramento da fragmentação do Império Macedônico, a aproximação dos romanos com a Sicília, especificamente com a cidade de Taras (a *Tarentum* romana), promoveu um rompimento no acordo antes feito com a *pólis* dotada da maior frota da península itálica (GRANT, 1978: 87). Estava claro que Roma, então republicana, não ignoraria o apelo advindo de seus aliados da Magna Grécia e que Taras não permitiria a presença das tropas romanas no golfo tarentino. Com isso, instaurou-se uma situação cujo fruto final seria a intervenção de Pirro nos assuntos peninsulares, justificando tal postura pela defesa dos gregos contra um poder estrangeiro (*xenos*), como fizera Filipe II quase oitenta anos antes contra os persas.

Por meio da Campanha Pírrica, os romanos entraram em contato direto com a tradição militar helenística, que se desenvolvia paralelamente à fixação de uma cultura militar pautada na defesa do militarismo cívico. No entanto, a reforma tática que permitiu o avanço das tropas romanas em campo de batalha, sem sofrer os efeitos do envolvimento de manobra de tipo macedônico, ocorreu apenas muitos anos depois, durante a Segunda Guerra Púnica. A vitória sobre Pirro não eliminou, portanto, os problemas aos quais foram submetidas às legiões quando enfrentavam um exército helenístico bem preparado. Isto se deveu especialmente ao fato de que, diante do interesse crescente pela Sicília por parte das maiores cidades do Mediterrâneo ocidental, os exércitos mercenários se impuseram como necessários, uma vez que os cartagineses não possuíam qualquer tradição na utilização de tropas cívicas. Desse modo, a integração tática típica dos exércitos mercenários, aliada à falta de

familiaridade dos cartagineses no que se refere ao comando de soldados em terra firme, fez com que fosse legado o controle e treinamento de suas tropas (compostas tanto de mercenários quanto de povos aliados africanos) a um *misthophoros* de nome Xantipo.

Com apenas uma referência em Políbio (1.32), Xantipo se encarregou de apresentar aos cartagineses a tradição militar helenística, especialmente no que se refere aos dispositivos táticos. Com isso, pôde vencer o cônsul romano na África e organizar o exército cartaginês em sintonia com a complementaridade tática necessária no contexto de consolidação dos exércitos profissionais. Os próprios romanos, quando passaram à fase do imperialismo ofensivo (GUARINELLO, 1994), perceberam a incompatibilidade do exército cívico com guerras encaminhadas longe da cidade natal. Nos termos apresentados, a atuação de Xantipo na Primeira Guerra Púnica passa a ser percebida como integradora de uma escola tática que liga os exércitos mercenários de fins do séc. V e início do IV a.C. a Pirro, rei do Epiro, além de sustentar as diversas relações possíveis entre a tradição militar helenística e as condições específicas da Sicília, no que se refere ao mercenarismo como difusor das práticas bélicas helenísticas.

Por isso, focamos na relação existente entre dois elementos e que, em nosso entender, não devem ser dissociados: (a) a profusão das práticas mercenárias gregas e a formação da tradição militar helenística e (b) a constituição de uma escola tática difusora desta tradição, que une os planos de batalha empregados por Pirro, durante a invasão da península itálica, à reforma efetivada no exército cartaginês por Xantipo (especialmente no que se refere à manobra de envolvimento de tipo macedônico).

Guerra antiga e historiografia moderna

A perspectiva elaborada nos últimos anos no campo da história militar, aqui apresentada como ramificação da história social (na medida em que as alterações nas formas com as quais se faz a guerra só podem ser entendidas em relação com as transformações na ordem social), corresponde, em autores como Lawrence Keppie (1998), Victor

D. Hanson (2001), Donald Kagan (2003), John Lendon (2005) e John Keegan (2006), ao momento de afastamento dessa historiografia com relação à imagem produzida em cenário alemão durante o séc. XIX (HANSON, 1999: 413). Em busca de construir uma identidade nacional assegurada no direcionamento racional das armas estatais, os oficiais prussianos Von Clausewitz e Von Bülow pensaram, respectivamente, a guerra como prolongamento da política nacional (a atuação militar era a seqüência lógica da diplomacia) e o mundo antigo como campo empírico ideal para a inspiração requerida na solução dos problemas nas relações entre Estados.

Quanto mais a historiografia se distancia das intenções universalizantes de conceitos como “guerra” e “estratégia”, mais próxima permanece da postura que busca uma legitimação das atuações militares contemporâneas pela formulação de modelos (a exemplo do *Western way of war*, proposto por Hanson), freqüentemente referidos ao mundo greco-romano. Segundo Keegan, o desdobramento da militarização moderna levou ao estado em que o mundo se encontra, isto é, a frustração diante da impossibilidade de unir dois códigos públicos: o dos “direitos inalienáveis” (a liberdade e a vida) e o da abnegação para com a realização estratégica (KEEGAN, 2006: 80). Portanto, devido à máxima letalidade das armas nucleares, a perspectiva de guerra mundial tende a perder cada vez mais espaço para ceder lugar, não a uma pacificação geral, mas à realização de “guerras de ajuste”, isto é, intervenções militares em regiões “tensas” devido a seus governos ou a culturas distantes das concepções de liberdade produzidas no mundo ocidental.

Nesses termos, a construção de uma história militar da Antigüidade pode produzir, por um lado, uma postura que sustente a invasão militar em regiões como o Oriente Próximo (dada a sua constituição histórica e à reformulação de contrastes entre oriente e ocidente a partir de interesses imperialistas modernos) e, por outro, a crítica ao uso do passado clássico pela contestação das unidades formuladas na qualidade

de modelos³. Diante desta argumentação, insisto que uma pesquisa sobre história militar no mundo antigo não se encerra no passado. Deve ser uma pesquisa para o presente, especialmente quando estamos diante de problemas que exigem explicações modernas, recorrentes ao conjunto de normas que classificam o conhecimento histórico da guerra e, portanto, de suas implicações para o homem contemporâneo.

No que se refere ao recorte para a realização deste artigo, é interessante notar que raramente são percebidas as relações entre a reforma do exército cartaginês e a Campanha Pírrica (como adaptação da tradição militar helenística) e, quando isso ocorre (BRIZZI, 2002), é ignorada a relevância do mercenarismo grego na composição da escola tática que vincula o exército taticamente integrado de Pirro a Xantipo. O movimento de expansão das práticas bélicas gregas no contexto pós-guerra do Peloponeso esteve sempre associado à campanha de Alexandre, encobrindo, desse modo, a relevância do mercenarismo como elemento fundador da guerra helenística e de sua característica mais marcante: a integração das tropas num todo funcional e especializado.

A ênfase dada à *misthotiké* (serviço mercenário) funciona ainda como instrumento analítico para o entendimento de novas configurações sociais, especialmente no que se refere à crise do universo políada e à emergência dos grandes exércitos profissionais, como o empregado por Pirro. Em outras palavras, a transformação nos modos com os quais se faz a guerra promove um novo arranjo da realidade sócio-política das potências em questão. A figura do profissional (*stratiôtes*) distancia-se gradualmente do *politikos*, deslocando a guerra feita pela condição comum e pela defesa da *pólis* para o pagamento assegurado por um comandante⁴.

Além disso, apesar da contratação de mercenários ter sido prática comum nas sociedades do Mediterrâneo antigo, a ênfase de meu trabalho

³ Refiro-me aqui aos “modelos de guerra” produzidos pela historiografia, no intuito de explicar as transformações sociais a partir da interpretação do “como” a guerra era feita.

⁴ No que diz respeito aos cartagineses, a ênfase não é dada à constituição política, mas sim à adaptação da tradição militar helenística.

recai sobre a especificidade das relações entre a Sicília, a Campanha Pírrica e a reforma do exército cartaginês. Desse modo, apesar da relevância da Sicília como ponto estratégico para o controle do Mediterrâneo permanecer central nas narrativas sobre a Primeira Guerra Púnica (LAZENBY, 1996), são ignorados os aspectos que tornavam possível a longevidade do serviço mercenário naquela região.

Profissionalismo militar, mercenarismo e o Mediterrâneo do séc. III A. C.

Segundo J. E. Lendon (2005: 93), a guerra do Peloponeso é o ponto de partida para as transformações táticas ocorridas no mundo ocidental durante o séc. IV a.C. Com esta afirmação, chama a atenção para o fato de que, no decorrer do conflito, os “protocolos” (choque frontal, batalha decisiva, emprego de infantaria cívica) do combate helênico foram rompidos, cedendo lugar a incursões “furtivas e traiçoeiras” (KAGAN, 2003: 29).

Como argumento que permite a condução dessa hipótese, Lendon recorda que muitas cidades sem tradição no emprego de tropas montadas estabeleceram, por volta de 370 a.C., “forças efetivas de cavalaria”, seguindo os padrões conhecidos de reinos como a Macedônia. No entanto, ignora que a guerra do Peloponeso serviu apenas como elemento de difusão das práticas militares características dos persas no mundo grego e que todo esse processo estava estreitamente ligado às relações entre o mercenarismo grego e a crescente necessidade de integração tática das tropas, recorrente desde antes do conflito Peloponésio.

O ponto de partida dessas questões pode ser construído algumas décadas antes, ou seja, durante as guerras Greco-Pérsicas. Neste conflito, não somente o “outro” foi inventado pelo discurso helênico⁵, como também um modelo de guerra completamente diferente do ocidental

⁵ Referimo-me aqui ao cavaleiro e arqueiro estereotipados, percebidos como aqueles que estão sempre em uma postura ideal para a fuga e para evitar, como covardes, o choque frontal. O persa dos gregos é, ao mesmo tempo, guerreiro temível e covarde afeminado, pois, desse modo, aparecem como o grande inimigo a ser derrotado, mas sempre inferiores aos gregos.

passou a ser conhecido hoplitas políadas. Nos termos de Arther Ferrill (1997), duas linhas de desenvolvimento militar, que por séculos permaneceram isoladas, passaram a se confrontar sistematicamente até que seus aspectos fossem mutuamente remodelados. Neste momento, os persas empregavam mercenários gregos em seu exército e os gregos, por sua vez, se viram forçados a considerar as variadas aplicações táticas persas.

Em outras palavras, nos fins do séc. V e início do IV a.C., exércitos integrados se mostraram cada vez mais recorrentes, apresentando batalhões de hoplitas políadas, diferentes tipos de infantaria leve e cavalaria. Em 401, o príncipe persa, Ciro, o Jovem, tentou destronar seu irmão e se tornar o novo Grande Rei. Para realizar sua campanha, contratou um grande exército mercenário e marchou para Cunaxa, local onde seria travada a batalha decisiva. Em seu exército, encontrava-se um contingente de aproximadamente treze mil mercenários gregos, chamados de “Os Dez Mil” por Xenofonte e imortalizados em sua *Anábasis*. Com a derrota de Ciro, os mercenários se viram forçados a marchar pela Anatólia, na tentativa de retornar à Hélade. Toda a marcha, registrada por Xenofonte, ilustra como a *pólis* móvel (os mercenários normatizavam suas relações com base nos modelos institucionais políadas) de soldados funcionava em diversas ocasiões, além de fixar um estágio importante no mercenarismo grego: o do *misthophoros* como parte de exércitos taticamente integrados.

Pouco tempo depois, mas ainda dizendo respeito ao mesmo contexto, um dos exemplos mais claros quanto à maleabilidade tática parece ser a batalha de Leuctra (371 a.C.), quando a lendária falange espartana foi derrotada pelos tebanos, mais próximos das exigências militares de seu tempo.

A validade na tática empregada em Leuctra quase sempre é atribuída à genialidade de Epaminondas, mas nesse caso a difusão dos elementos presentes em 371 a.C. não é levada em consideração. Em outras palavras, ao dispor suas tropas de forma invertida, ou seja, os melhores soldados tebanos posicionaram-se na ala esquerda e não na direita, Epaminondas procurou densificar o lado que entraria em

confronto direto e frontal com os esparciatas (tropa de elite lacedemônia). Desse modo, pôde usufruir do maior nível de eficiência da formação em falange, aprofundando a fileira e garantindo maior potência na marcha rumo a outro bloco coeso, princípio que regeria a falange modificada por Filipe II alguns anos mais tarde.

Na outra ala de seu exército, Epaminondas legou o comando a Cleombrotus, que tinha como tarefa evitar o combate direto com a infantaria aliada dos espartanos, recuando a ponto de modelar uma formação oblíqua na linha de frente tebana, enquanto tropas montadas realizavam manobras de flanqueamento, colocando a falange hoplítica em situação de desconforto. Sendo assim, concentrando o batalhão sagrado (elite militar tebana) em uma posição de fortalecimento pelo alongamento das fileiras, pôde “esmagar a cabeça da serpente” (FERRILL, 1997: 167).

Diante da ampliação da integração tática, a figura do mercenário mostrou-se indispensável, pois oferecia fortalecimento em qualquer um dos pontos fracos do exército. Poderiam ser contratados, como exemplos, fundeiros ródios, arqueiros cretenses, peltastas trácios, hoplitas espartanos ou cavaleiros tessálios. Esta perspectiva é relevante na medida em que a necessidade do correlato cívico deixa de existir com o exército macedônico, pois a profissionalização do exército altera completamente as relações sociais no universo políada. A submissão ao poder macedônico fez com que os gregos lutassem por Alexandre e não mais por sua *pólis*, além do fato de que a permanência em um contexto cultural distinto do seu os transformou em profissionais e mercenários.

Neste contexto, embora seja questionada a vontade dos gregos em lutar sob o comando dos macedônios (a exemplo dos espartanos que, em uma atitude extrema, simplesmente se recusaram a combater sob a direção de um comandante estrangeiro), não pode ser esquecido que “uma emocionada súplica pela libertação dos gregos da Ásia Menor — e posterior represália contra a Pérsia — continuou a se fazer ouvir pela Grécia do século IV, instigada pela retórica de alguns dos mais poderosos oradores da época” (RICE, 2005: 30).

Desta forma, que a profissionalização promovida pela reforma atribuída a Filipe II alterou as relações sociais em toda a Hélade estava claro. No entanto, esta se deu como parte de um movimento anterior que, por um lado, apontava a necessidade na ampliação da utilização de tropas pagas e, por outro, respondia a anseios próprios de um contexto de grande “agonia social”, parafraseando Werner Jaeger, em sua obra intitulada *Demóstenes, a agonia da Grécia* (1945).

No momento de construção do Império de Alexandre tornou-se quase impossível estabelecer a distinção entre os profissionais (*stratiôtai*) e os mercenários (*misthophoroi*), uma vez que, com a expedição asiática e seus desdobramentos posteriores, todos serviam a um comandante e recebiam para combater. Com a fixação da falange modificada (composta por hoplitas profissionais), seja na conquista do Império de Alexandre ou na luta entre os comandantes macedônios por sua divisão, os mercenários continuaram a ser contratados em larga escala, mas com finalidades distintas das que podiam oferecer os peloponésios.

No tempo de Alexandre, o exército macedônico era ordenado em batalha de modo a produzir um avanço contínuo e com todo o contingente interligado, tornando as possibilidades de movimentação tática variadas o suficiente para o combate em regiões diversas e contra adversários muito diferentes (HAMMOND, 1997). Seguindo uma formação básica ao dispor as tropas montadas nas alas, protegendo a infantaria de possíveis flanqueamentos, fazia incidir em campo aberto contra o inimigo um tipo de manobra que se tornou uma das mais eficientes pelo menos até Cipião, em Zama (202 a.C.).

O corpo central do exército macedônico, isto é, os famosos falangistas reformados por Filipe II, dividiam-se em unidades táticas menores chamadas *syntagmas* (256 homens), que por sua vez reuniam-se em grupo de seis, formando um batalhão. Embora seja afirmado que a falange macedônica era apenas ligeiramente diferente da grega, deve estar claro que a alteração aparentemente pequena nos armamentos utilizados (escudo menor e lança mais pesada e alongada - *sarissa*) pelo hoplita profissional de fato preservava o princípio da *eutaxia* e do choque frontal,

mas invertia a função estratégica proporcionada por esse tipo de tropa, incidindo sobre a aplicação do exército em campo de batalha.

Os reinos helenísticos do séc. III a.C. mantiveram o mesmo padrão de seu antecessor, tanto no emprego das táticas como no recrutamento de mercenários. Pirro, que se afirmava descendente direto de Alexandre, o Grande incorporou tarefa semelhante à de seus antecessores macedônios: libertar os gregos de um poder externo (não-grego). Então, chegou ao sul da península com aproximados vinte e cinco mil soldados profissionais, além de elefantes (*elephanta*) usados como suporte à cavalaria. Esta foi a primeira vez que os romanos enfrentaram reinos helenísticos, combateram elefantes e sofreram, em diversas batalhas, derrotas por aplicações táticas referentes à tradição militar helenística.

No entanto, os sucessos de Pirro duraram apenas o tempo em que os romanos não haviam compreendido o efeito reverso que poderia ser provocado com o atordoamento dos elefantes pelo arremesso de dardos e lanças. Em outras palavras, elefantes eram armas poderosas, mas não distinguiam aliados de inimigos e, em diversos casos, marchavam contra seu próprio exército, colocando-o em apuros. O esgotamento da força da campanha de Pirro se deu graças à falta de abastecimento e a problemas logísticos, muitas vezes derivados da impossibilidade de recrutar, em tempo hábil, hoplitas profissionais. Talvez por isso Pirro tenha marchado para a Sicília, por reconhecer a região como ponto estratégico para o controle do Mediterrâneo ocidental e por necessitar ampliar o contingente de seu exército. Pouco a pouco, ao cortar as linhas de abastecimento, o que seria posteriormente chamado pelos militares modernos (LIDDEL HART, 1982) de estratégia fabiana (quando Fábio Máximo praticamente esgotou, durante a segunda guerra púnica, as forças de Aníbal ao adotar a postura de não combater abertamente), Pirro foi obrigado a retornar para Tarento e dali para Argos, onde foi assassinado em uma conspiração.

Após Pirro, os gregos do sul da península itálica perceberam que não poderiam fazer frente aos romanos e, em 272, os tarentinos decidiram aceitar a aliança proposta por eles. O resultado da campanha de Pirro provocou no cenário político do Mediterrâneo ocidental abalo suficiente

para fazer com que o reino ptolomaico entrasse em relações diplomáticas com Roma, provando o reconhecimento dos romanos diante dos reinos subseqüentes ao império alexandrino. Além disso, encurtou a distância com o maior poder do Mediterrâneo ocidental, isto é, a cidade fundada pelos fenícios no séc. VIII a.C. e que agora se mostrava interessada em assumir o controle da Sicília: Cartago (*Kart-Hadasht*).

No contexto de fixação do conflito armado contra os cartagineses, o recrutamento do mercenário espartano Xantipo como comandante das forças armadas terrestres púnicas obedece a uma lógica estranha ao exército cívico romano. Nesses termos, deve ser percebido que o grande problema do exército cartaginês era o mesmo dos persas no séc. V a.C.: a carência de uma tradição de infantaria pesadamente armada. A inexistência de infantas que cumprissem função tática semelhante a dos hoplitas ou legionários era ainda agravada com o fato dos comandantes cartagineses desconhcerem as formas básicas de integração tática, difundidas em toda a Hélade e nos reinos sucessores do Império de Alexandre.

No momento em que Xantipo, então contratado pelos cartagineses, observou a quantidade de cavalos e elefantes dos quais dispunha Cartago, deduziu, de acordo com Políbio, que perdiam as batalhas para os romanos devido à “imperícia” de seus comandantes. Ao dispor as tropas contra o cônsul romano e suas legiões, o mercenário fez marchar a frente do exército os elefantes, na tentativa de suprir a deficiência de “tropas de choque” com o ataque intimidador dos animais. Atrás da investida inicial seguia a infantaria cartaginesa, a uma distância segura e ladeada pela cavalaria.

Os romanos, em contrapartida, temendo o ataque dos elefantes, densificaram as linhas centrais no intuito de barrar a investida, mas “falharam totalmente em seus cálculos contra a cavalaria cartaginesa, muito superior à romana” (POLÍBIO, 1.33). A partir da vitória nas alas, os cavaleiros cercaram os legionários que começavam a repelir o ataque dos elefantes, mas se viram obrigados a combater tanto os cavaleiros que os flanqueavam quanto a infantaria cartaginesa que lhes chegava intacta e ordenada. A partir de Xantipo (que assegurou apenas essa vitória como

comandante, segundo Políbio), as forças cartaginesas combateram de modo taticamente integrado, ora executando manobras que supriam o problema da infantaria de choque, ora empregando mercenários ou elefantes como substituto para a carência de exército que marchava sob o princípio da *eutaxia*.

A luta pela Sicília, assim como o costume cartaginês em servir-se de profissionais em substituição ao exército cívico, promoveram uma aproximação ainda maior do norte da África com as práticas do mercenarismo grego. A Sicília, região que ligava Cartago à península itálica e, portanto, de grande relevância estratégica para o controle do Mediterrâneo ocidental, apresentava, segundo Matthew Trundle (2004), condições especiais para o serviço mercenário. Em outras palavras, a combinação da emergência de comandantes (como o rei de Siracusa), da presença de moedas (que permitia o pagamento do *misthos* de forma organizada) e de guerras constantes fizeram da Sicília não só o foco da Primeira Guerra Púnica, mas também o local onde o serviço mercenário proliferava de modo contundente.

Pensar determinada tradição militar implica no entendimento de um conjunto de práticas sociais localizadas e que têm, na condição de elo de ligação, “reinvenções” dos modos com os quais a guerra é feita. Esta afirmação, quando aplicada à tradição militar helenística, produz dois níveis de análise.

Em primeira instância, devemos insistir em sua localização, isto é, na relação necessária entre o enunciado e o local de enunciação. A defesa de um núcleo comum, que transita resistente às significações não pode mais existir como plausível, na medida em que aspectos da cultura militar, assim como quaisquer outros, são constantemente reinscritos em um código público, que os “aceita” na condição de partilhado por um grupo. “A cultura é pública porque o significado o é”, afirmou Clifford Geertz (1989: 22), na *Interpretação das Culturas*. Nesse sentido, práticas sociais indicam a publicidade dos significados que as constituem e o ato de tornar público depende tanto de “quem emite” quanto de “para quem” é emitido.

Com isso, chegamos ao segundo ponto, o que se desdobra na questão da localização: sendo contextuais, adaptações de uma tradição militar são sempre “reinvenções”, uma vez que se estabelecem sobre outros saberes. Um dos melhores exemplos no que se refere ao modo de guerra helenístico⁶ é a manobra envolvente de tipo macedônico, elemento central para a construção de uma escola tática que permeia os exércitos gregos de Alexandre, o Grande a Pirro e Xantipo.

Classificada no lado oposto ao que John Keegan (2006) afirma ser o “confronto limitado” (regido por protocolos que inibem a batalha decisiva e o choque frontal), a guerra helenística é determinada pela busca do aniquilamento do inimigo. Nesses termos, a manobra envolvente não pode ser confundida com um simples flanqueamento seguido do avanço da infantaria. Pressupõe algo mais complexo, como o vínculo constante (durante toda a batalha) entre ações conjuntas da cavalaria e da infantaria. Diante de suas várias formas, nunca pôde ser realizada sem excelentes tropas montadas, responsáveis por bater a cavalaria inimiga e pensar a sua infantaria, pela lateral ou pela retaguarda, retirando o espaço necessário para uma movimentação eficiente por parte do adversário. Deste modo, restava ao oponente envolvido apenas a opção de combater por todos os lados.

Com Alexandre, Pirro ou Xantipo, o “envolvimento” permanecia o que dava o nome à tática, mas os seus modos (e seus correlatos, como a busca do choque frontal) eram sempre reinventados a partir do contexto onde as práticas militares tornavam-se aceitas e normatizadas pela *stratia*.

Assumindo a integração das tropas (e a partir de Filipe II, a tática de envolvimento) como elemento de formação e difusão da tradição militar helenística, devo tratar de sua organização e expansão a partir da figura do mercenário grego, uma vez que este esteve sempre presente na

⁶ Em português não encontramos um vocábulo que permita a distinção entre a guerra propriamente dita (*war*) e a maneira com a qual a guerra é feita (*warfare*). Nesse sentido, o termo modo de guerra helenístico refere-se ao que é chamado no idioma inglês de *Hellenistic warfare*.

composição dos exércitos interativos e da escola tática que representou a trajetória mediterrânea desta tradição.

Conclusão

De acordo com Parke (1933: 208), a permanência da figura do mercenário tornou sua localização menos acessível, na medida em que todos os soldados foram reduzidos a um mesmo tipo profissional. Nesses termos, se antes não podíamos realizar a distinção tão clara entre o soldado-cidadão (*politikos*, que era necessariamente, durante o período clássico, *hoplites*) e o mercenário, com a profissionalização tornou-se quase impossível distanciar, mesmo que em um esforço analítico, o mercenário dos demais soldados pagos.

Na guerra grega clássica, o sentimento de igualdade no que se refere à condição política agia como motor da noção de disciplina (*eutaxia*) entre os soldados. O *hoplites* políada combatia pela *pólis*, estrutura política onde a liberdade (como participação nas tomadas de decisão) era exercitada. Desse modo, o hoplita não obedecia abertamente a um comandante e, quando um magistrado ocupava temporariamente um cargo como este, era apenas na qualidade de eleito pelos *politikoi*.

O serviço prestado a um rei era encarado como abjeção e, no limite, escravidão à vontade de outrem, na medida em que esbarrava na delicada questão do cidadão como prestador de um dever militar. Em outras palavras, os que não combatiam por sua liberdade (*eleutheria*) não lutavam tão arduamente e, frequentemente, eram imaginados como covardes e efeminados, por desconhecerem a isonomia e, portanto, estarem submetidos ao arbítrio de outro homem.

No entanto, a partir do desmembramento cada vez mais acentuado do sistema políada clássico, a profusão do mercenarismo ampliou a formação de exércitos profissionais taticamente integrados. A defesa de um ideal político cedeu espaço para o serviço permanente prestado a um comandante (*strategos*), fazendo emergir a noção de um *corpus* militar profissional (*stratia*) e, portanto, do soldado que se dedicava exclusivamente à prática militar, isto é, o *stratiotes*.

Parke (1933: 208) enfatiza que, nesse contexto, “todos os homens que lutam são *stratiôtai*, *pezoi* ou *hippeis*”. Em outras palavras, os comecios referentes à guerra passam a apresentar outras relações, isto é, os profissionais podem ser combatentes de infantaria (*pezoi*) ou de cavalaria (*hippeis*), mas esta é a única distinção desdobrada da profissionalização que homogeniza as tropas a partir da formação dos exércitos taticamente integrados.

Assim, percebendo de que modo a fixação do exército composto por soldados profissionais (e de seus correlatos, como a diversidade das unidades táticas reduzidas a um mesmo tipo profissional) manteve-se próxima ou mesmo em interdependência com a profusão do mercenarismo, posso afirmar que a formação e as adaptações da tradição militar helenística mostraram-se associadas à recorrência da integração tática das tropas, sendo esta a característica mais marcante do serviço mercenário grego de fins do séc. V e IV a.C.

Além disso, ao localizarmos a constituição de uma dada tradição militar, compreendida como conjunto de adaptações, que vinculava o serviço mercenário grego do pós-guerra do Peloponeso à campanha liderada por Pirro e a reforma do exército cartaginês elaborada por Xantipo, proponho uma explicação original no que se refere às transformações no Mediterrâneo ocidental do séc. III a.C., uma vez que as relações estabelecidas tiram o imperialismo romano do centro da análise e chamam a atenção para questões pouco estudadas — como a do mercenarismo.

Referências

Documentos textuais

- XENOFONTE. *Anábasis*. London, Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- POLYBIUS. *The histories*. London, Cambridge: Harvard University Press, 1980.

Bibliografia geral

- BRIZZI, Giovanni. *Il Guerriero, L'oplita, il Legionario*. Bolonha: Società editrice il Mulino, 2002.
- FERRILL, Arther. *The Origins of War*. New York: Westview Press, 1997.
- GARLAN, Y. O homem e a guerra: VERNANT, Jean P. *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994. pp. 49-73.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GRANT, Michael. *History of Rome*. Nova York: Charles Scribner's sons, 1978.
- GRIFFITH, G.T. *The mercenaries of the Hellenistic world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1935.
- GUARINELLO, Norberto L. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1987.
- HAMMOND, N. G. L. The battle of Salamis: a correction: *The journal of Hellenic studies*. London, vol. 77, p. 311, 1957.
- HANSON, V. D. *Why the west has won*. New York: Faber and Faber: 2001.
- _____. The status of ancient military history: traditional work, recent research, and on-going controversies: *The Journal of Military History*. Lexington, v. 63, p. 379-413, 1999.
- HART, Liddell. *As grandes guerras da história*. São Paulo: Ibrasa, 1982.
- JAEGER, Werner. *Demóstenes, a agonia da Grécia*. Madrid: Fondo de Cultura, 1945.
- KAGAN, Donald. *A Guerra do Peloponeso*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

- KEPPIE, Lawrence. *The making of the roman army*. Oklahoma: Oklahoma press, 1998.
- LENDON, J. E. *Soldiers & ghosts: a history of battle in classical antiquity*. New Haven: Yale University Press, 2005.
- PARKE, H. W. *Greek mercenary soldiers from earliest times to the battle of Ipsus*. Oxford: Clarendon Press, 1933.
- _____. Review: Mercenaries in Hellenistic Times: *The Classical Review*. V. 49, N. 4, 1935, p. 136.
- RICE, E. E. *Alexandre, o Grande*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- TRUNDLE, Matthew. *Greek mercenary from the Late Archaic Age to Alexander the Great*. London and New York: Routledge, 2004.

* * * * *

Resumo: Este artigo apresenta o mercenarismo grego (*misthotiké*) como elemento difusor da tradição militar helenística, formada no cenário pós-guerra do Peloponeso, expressa nos exércitos taticamente integrados e estendida tanto nos reinos sucessores de Alexandre, o Grande quanto na reforma do exército cartaginês, sob a forma de uma escola tática que vincula as tropas mercenárias gregas de fins do século V a.C. a Pirro e Xantipo, no séc. III a.C.

Palavras-chave: mercenarismo; helenismo; guerra antiga.

Resumen: Este artículo presenta el mercenariado griego (*misthotiké*) como elemento difusor de la tradición militar helenística, formada en el escenario de la posguerra del Peloponeso, manifestada en los ejércitos tácticamente integrados y extendida tanto en los reinos sucesores de Alejandro Magno como en la reforma del ejército cartaginés, en forma de una escuela táctica que vincula las tropas mercenarias griegas de finales del siglo V a. C. con Pirro y Xantipo en el siglo III a. C.

Palabras clave: mercenariado; helenismo; guerra antigua

Résumé: Cet article présente le mercenariat grec (*misthotiké*) comme l'élément qui propage la tradition militaire hellénistique, formée après la guerre du Péloponnèse, appartenant aux armées tactiquement intégrées et se répandant tout aussi bien dans les règnes de succession d'Alexandre le Grand que sous la réforme de l'armée carthaginoise, sous la forme d'une école tactique qui unit les troupes mercenaires grecques de la fin du V^e siècle av. J.-C. à Pyrrhus et Xanthippe, au III^e siècle av. J.-C..

Mots-clé: mercenariat; hellénisme; guerre antique.